Número 10

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Comunicado da Presidência

PNAD 2007

Primeiras Análises

Mercado de Trabalho
Trabalho Infantil
Previdência

Volume 2

30 de setembro de 2008

Apresentação

Um novo Brasil emergiu dos números da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) edição 2007 publicada no dia 18 de setembro. Pesquisadores de diversas áreas do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) vão divulgar até 14 de outubro uma série de **Comunicados da Presidência** sob o título "Pnad-2007: Primeiras Análises". Como já fora feito no ano passado com a Pnad-2006, os estudos vão discutir, com aprofundamento e detalhamento dos dados e comparação das séries históricas, as modificações por que passa o país retratadas na Pnad-2007.

Devido à quantidade e à riqueza dos dados da Pnad, os pesquisadores optaram por divulgar suas análises por grupos de temas em quatro Comunicados da Presidência, que serão apresentados em reuniões com a imprensa.

Este **Comunicado da Presidência nº 10**, o segundo da série Pnad - 2007, versa sobre **mercado de trabalho, trabalho infantil e Previdência.**

O primeiro da série abordou **pobreza, desigualdade e a nova estratificação social.**

Os próximos temas serão:

- **Dia 07/10:** População, família e envelhecimento; gênero;
- **Dia 14/10:** Juventude; raça; educação e saneamento básico.

Os dados da Pnad são insumos valiosos e servirão ainda de base para futuros seminários, TDs (Textos para Discussão), boletins e livros do Ipea. Os Comunicados da Presidência são documentos mais curtos, de publicação mais ágil, com o objetivo de apresentar – em menor tempo de preparação – análises qualificadas de assuntos de interesse da sociedade brasileira ou de dados preliminares já consolidados de pesquisas mais longas em andamento.

Participam das pesquisas da série de Comunicados da Presidência "Pnad - 2007: Primeiras Análises" os pesquisadores Marcio Pochmann, Jorge Abrahão, Ricardo Amorim, Natália Sátyro, Sergei Soares, Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco, Rosane Mendonça, Lauro Ramos, Ana Lúcia Kassouf, Milko Matijascic, Leonardo Rangel, Fernando Gaiger, Ana Amélia Camarano, Natália Fontoura, Alinne Bonetti, Maria Piedade, Carla Coelho, Herton Araújo, Luciana Jaccoud, João Luís do Nascimento, Carolina Veríssimo Barbieri e Marília Patelli Lima

1. Mercado de Trabalho

Os resultados recém divulgados da Pnad - 2007 são em geral positivos no que tange ao mercado de trabalho, confirmando em linhas gerais as tendências identificadas pela PME, valendo destacar (ver gráficos 1 a 4 e figura 1 adiante).

A expansão do nível de ocupação foi de 1,6%, passando de 89,3 milhões em 2006 para 90,8 milhões em 2007**.** Se as ocupações não remuneradas e aquelas voltadas para o auto-consumo e construção para fins próprios, que são atividades associadas a uma inserção um tanto tangencial no mercado de trabalho, não forem contabilizadas, o crescimento do número de postos de trabalho chega a 2,1%, passando de 79,7 milhões em 2006 para 81,4 milhões no ano passado.

O rendimento real médio dos ocupados com remuneração apresentou um crescimento de 3,2%, atingindo o maior patamar desde 1996 [1]. Vale apontar, o crescimento acumulado nos últimos dois anos foi de 10,5%; de tal sorte que a expansão da massa de rendimentos ficou próxima a 15% entre 2005 e 2007.

A taxa de desemprego caiu marginalmente para 8,2%**,** em que pese a queda da taxa de atividade mostrada a seguir, o que significa que o crescimento supracitado da demanda foi modesto. Ainda assim esse foi o menor valor para a taxa de desemprego na década atual.

A taxa de atividade, que representa o percentual das pessoas que podem ingressar no mercado que de fato o fazem, diminui de 62,3% para 62,0%. Dado o aumento dos rendimentos e a queda da taxa de desemprego, é plausível argumentar que esse seja um movimento positivo, pois certamente não pode ser atribuída a alguma forma de desalento. Na Pnad de 2007, com exceção do Centro-Oeste, todas as regiões geográficas apresentaram queda, que foi mais acentuada no

[1] A inclusão da área rural da região Norte a partir de 2004, que representa cerca de 2% da população investigada pela Pnad, não altera qualitativamente essa constatação.

Nordeste (0,7 p.p.), o que suporta a conjectura que o programa Bolsa Família possa tê-la afetado, na medida em que teria possibilitado o abandono de atividades bastante precárias, antes imperativas por questões de sobrevivência.

Houve aumento líquido dos postos de trabalhos ditos formais ou protegidos e a diminuição daqueles vinculados à informalidade[2]. Em conseqüência dessa composição da expansão da ocupação, o grau de informalidade caiu de forma expressiva, dando continuidade à tendência esboçada nos três anos anteriores. Se consideradas as atividades "tangenciais", o grau de informalidade passou de 55,1% em 2006 para 54,1% em 2007. Restringindo-se aos vínculos mais concretos (assalariamento remunerado, trabalho autônomo e empregadores), a informalidade passou de 49,8% para 48,9% nesse mesmo período.

A queda da informalidade se refletiu no aumento do percentual de trabalhadores que contribuem para a previdência, que passou de 48,8% em 2006 para 50,7% no ano passado, sendo que o aumento do número de contribuintes foi praticamente igual ao aumento de trabalhadores com vínculos protegidos;

A desigualdade de rendimentos do trabalho entre os ocupados com rendimento caiu de forma acentuada – o coeficiente de Gini que era de 0,541 em 2006 passou para 0,528 em 2007 – e contribuiu de forma significativa para a queda da desigualdade de renda como um todo. Vale destacar, como isso ocorreu em conjunto com a elevação da renda, a implicação é de que houve um inequívoco aumento do bem-estar.

Não obstante 2007 ter sido um bom ano para o mercado de trabalho, quando confrontado com o restante da década, o desempenho nesse ano é inferior em alguns aspectos. Isso é particularmente verdadeiro para o nível de ocupação, que pela primeira vez desde 2003 apresentou uma taxa de crescimento inferior à da PIA, conforme mostrado no gráfico 5, em que os pontos correspondentes aos dois anos estão abaixo da diagonal (em que as taxas de crescimento são iguais). Com isso, conforme mencionado no início, a ligeira queda na taxa de desemprego em 2007 deveu-se à retração da oferta, evidenciada pela queda na taxa de atividade (ou participação).

De fato, quando se contrastam os comportamentos da taxa de participação e taxa de desemprego no diagrama de fases do gráfico 6, a transição não tem uma conotação claramente definida[3]. A combinação

---

[2] Foram considerados trabalhadores com vínculo informal os empregados sem carteira assinada, conta própria, não-remunerados, consumo próprio e construção para fins próprios.

[3] Nesse diagrama, movimentos para noroeste, ou seja, aumento da taxa de desemprego em conjunto com queda na taxa de participação, encerram evidente desaquecimento do mercado que não foi capaz de absorver a

dos gráficos 6 e 7 mostra que o ano de 2007 não foi particularmente bom no que tange à capacidade de gerar empregos, mas ainda assim a comparação de 2001 e 2007 no gráfico 7 aponta para uma inequívoca melhora no mercado de trabalho na década atual.

Por fim, um aspecto digno de nota é a mudança da composição da escolaridade da força de trabalho ocupada. Enquanto em 2001 a participação daqueles com pouca escolaridade (menos de 4 anos completos de estudo) e dos com escolaridade elevada (11 ou mais anos completos de estudo) eram comparáveis, 25% e 39% na ordem, em 2007 o hiato entre elas era de 20 p.p., com a primeira declinando para 19% e a segunda subindo para 39%. Para enfatizar a tendência vale destacar que em 1992 a situação era praticamente o inverso da atual – 35% e 18%, respectivamente. Esse fato estilizado do período recente do desempenho do mercado brasileiro merece uma análise aprofundada, até para determinar se pode ser caracterizado como um fator positivo, como uma primeira análise parece indicar, ou não, o que ocorreria caso as pessoas com menor instrução estivessem sendo "escanteadas" do mercado.

---

oferta mesmo perante uma menor pressão; e transições na direção sudeste significam claro aquecimento, pois o crescimento da demanda foi suficiente para fazer cair a taxa de desemprego mesmo diante uma maior pressão da oferta, conforme o ocorrido em 200-2002 e 2003-2004.

Gráfico 1
Nível de Ocupação (Milhares)

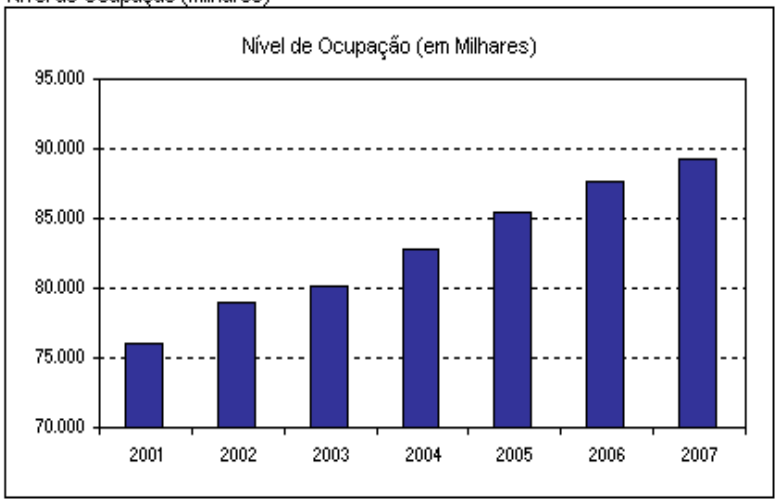


Gráfico 2
Taxa de Desemprego (%)

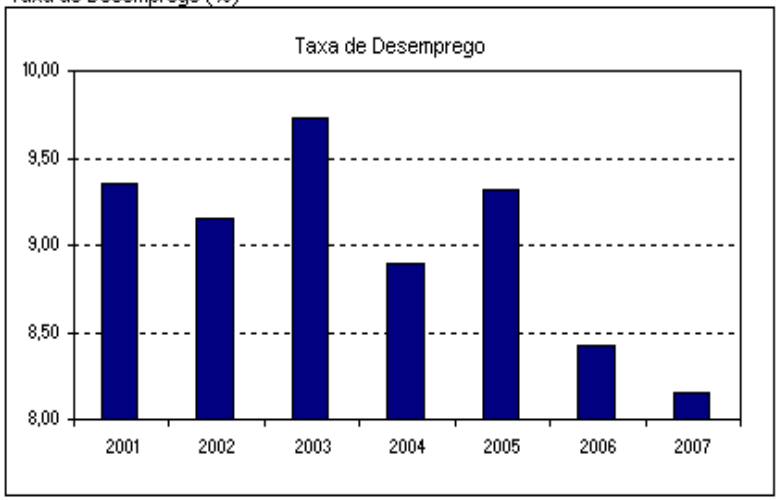


Gráfico 3
Grau de Informalidade

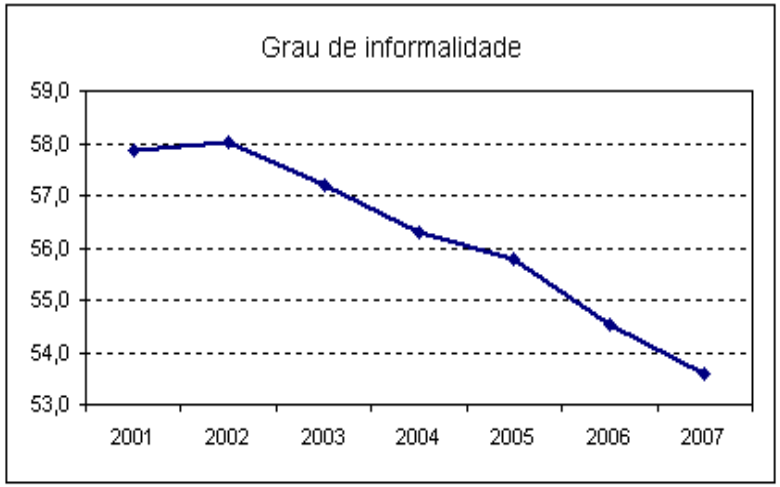


Gráfico 4
Rendimento Médio Mensal de Todos os Trabalhos (R$ de Setembro de 2007)

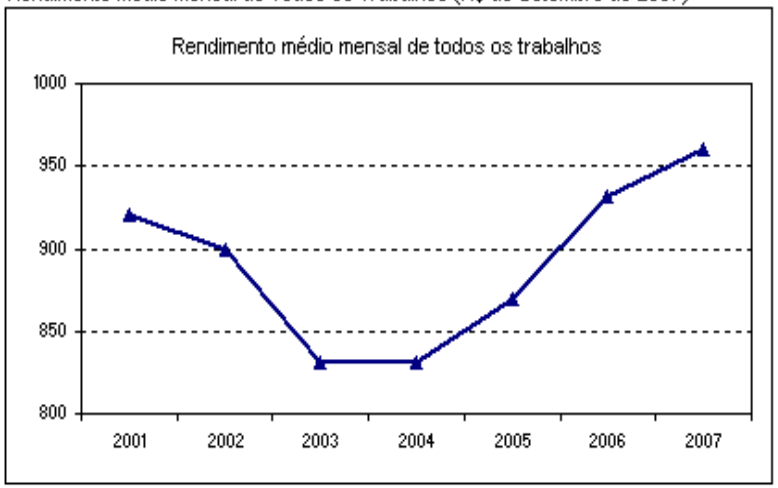


Gráfico 5
Comparição da Ocupação por Escolaridade

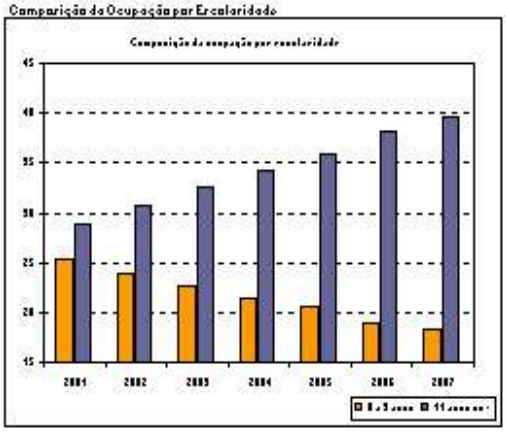


Gráfico 6
Crescimento Ocupacional em Relação ao Crescimento da PIA

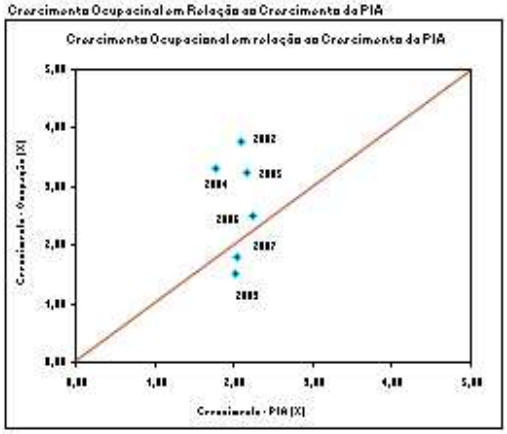


Gráfico 7
Estados do Mercado de Trabalho

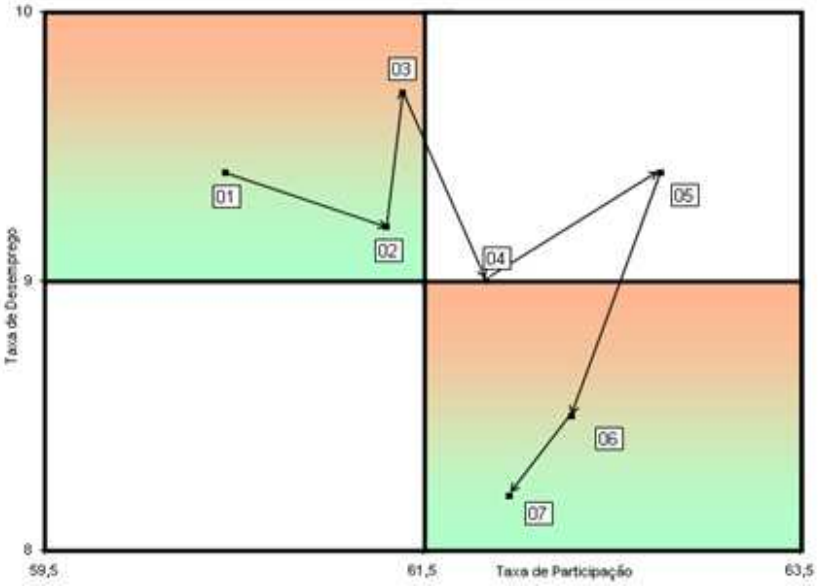


Figura 1: Panorama Geral 2001 - 2007

Panorama Geral 2001-2007 (Série Harmonizada)[1]

	2001	2002	2003	2004 [1]	2005 [1]	2006 [1]	2007 [1]	Cresc. méd 2001-2006	Cresc. (%) 2006 -2007	Cresc. (%) 2006 -2007 *
PIA	138.859	141.761	144.641	147.204	150.401	153.761	156.890	146.105	2,0	2,0
PEA	83.243	86.917	88.803	90.829	94.181	95.575	97.023	89.925	1,5	1,4
PNEA	54.427	54.832	55.819	56.075	55.908	57.904	59.575	55.828	2,9	3,0
Taxa de Participação	60,5	61,3	61,4	61,8	62,8	62,3	62,0	61,7	-	-
Taxa de Desemprego	9,40	9,20	9,70	9,00	9,40	8,50	8,20	9,2	-	-
Ocupação Total	76.098	78.959	80.163	82.817	85.487	87.629	89.209	81.859	1,8	1,6
Empregado e trabalhador domésticos	47.234	48.955	49.756	52.685	54.235	56.326	58.305	51.532	3,5	3,5
Com carteira de trabalho assinada	23.925	24.748	25.655	27.225	28.692	30.048	31.872	26.716	6,1	6,1
Militares e estatuários	4.913	5.043	5.295	5.529	5.464	5.858	6.146	5.350	4,9	5,0
Outros sem carteira de trabalho assinada	18.386	19.158	18.803	19.929	20.079	20.417	20.287	19.462	-0,6	-0,7
Empregado	41.291	42.845	43.601	46.270	47.630	49.610	51.623	45.208	4,1	4,0
Com carteira de trabalho assinada	22.377	23.173	23.990	25.562	26.952	28.216	30.042	25.045	6,5	6,5
Militares e estatuários	4.913	5.043	5.295	5.529	5.464	5.858	6.146	5.350	4,9	5,0
Outros sem carteira de trabalho assinada	13.995	14.625	14.314	15.177	15.214	15.535	15.436	14.810	-0,6	-0,7
Trabalhador doméstico	5.943	6.110	6.155	6.415	6.605	6.716	6.682	6.324	-0,5	-0,7
Com carteira de trabalho assinada	1.549	1.575	1.665	1.662	1.740	1.832	1.830	1.671	-0,1	-0,4
Sem carteira de trabalho assinada	4.391	4.533	4.489	4.751	4.865	4.882	4.852	4.652	-0,6	-0,8
Conta própria	16.972	17.571	17.910	18.015	18.350	18.423	18.735	17.873	1,7	1,5
Empregador	3.211	3.352	3.363	3.431	3.630	3.936	3.389	3.487	-13,9	-14,2
Não remunerado	5.625	5.805	5.665	5.408	5.436	4.982	4.918	5.487	-1,3	-1,7
Trabalhador na produção para o próprio consumo	2.904	3.124	3.352	3.179	3.715	3.826	3.718	3.350	-2,8	-3,7
Trabalhador na construção para o próprio uso	149	149	118	99	122	136	144	129	5,8	6,6
Trabalho Infantil (5 a 17 anos)	5.526	5.489	5.125	5.002	5.173	4.863	4.849	5.147	-0,3	-5,6
Contribuintes de inst de previdência***	34.796	35.686	37.181	39.146	41.070	43.304	45.775	39.565	5,7	5,7
Perc. de contribuintes de inst de previdência***	45,7	45,2	46,4	47,3	48,0	49,4	51,3	47,6	-	-
Índice de Gini	0,566	0,563	0,554	0,547	0,544	0,541	0,528	-	-	-
Rendimento**	921,00	899,00	831,00	831,00	869,00	932,00	960,00	881	3,0	3,2
População Ocupada Por Grupo de Idade										
10 a 14 anos	1.950	1.883	1.706	1.572	1.733	1.587	1.490	1.738	-6,1	-7,2
15 a 17 anos	3.277	3.323	3.209	3.202	3.169	3.059	2.995	3.207	-2,1	-2,6
18 e 19 anos	3.569	3.489	3.385	3.552	3.557	3.568	3.594	3.520	0,7	0,7
20 a 24 anos	10.179	10.646	10.804	11.004	11.349	11.221	11.092	10.867	-1,2	-1,2
25 a 29 anos	9.808	10.152	10.418	10.836	11.379	11.660	11.900	10.709	2,1	2,1
30 a 39 anos	19.274	19.794	19.918	20.535	20.836	21.295	21.770	20.275	2,2	2,1
40 a 49 anos	15.052	15.899	16.308	17.212	17.607	18.274	19.004	16.725	4,0	3,8
50 a 59 anos	8.311	8.845	9.252	9.759	10.442	11.184	11.518	9.632	3,0	2,8
60 anos ou mais	4.670	4.916	5.146	5.140	5.375	5.781	5.845	5.171	1,1	1,2
População Ocupada Por Escolaridade										
Sem instrução e menos de 1 ano	8.790	8.451	8.215	8.075	7.954	7.422	7.323	8.151	-1,3	-1,5
1 a 3 anos	10.558	10.439	9.871	9.585	9.694	9.213	9.040	9.893	-1,9	-2,4
4 a 7 anos	22.255	22.849	22.513	22.503	22.760	22.821	21.914	22.617	-4,0	-4,2
8 a 10 anos	12.206	12.613	13.203	13.997	14.121	14.621	15.394	13.460	5,3	5,4
11 anos ou mais	21.977	24.273	26.097	28.416	30.722	33.364	35.348	27.475	5,9	5,9
População Ocupada Por Setor de Atividade										
Agrícola	15.917	16.277	16.568	16.479	16.836	16.283	15.599	16.394	-4,2	-4,0
Indústria	10.426	10.678	10.877	11.616	12.037	12.250	12.934	11.314	5,6	4,6
Indústria de Transformação	592	568	645	666	663	726	729	644	0,4	4,9
Construção	5.232	5.616	5.220	5.298	5.590	5.780	6.043	5.456	4,5	4,6
Comércio	12.917	13.553	14.216	14.551	15.413	15.627	16.207	14.380	3,7	3,6
Alojamento e Alimentação	3.210	2.932	2.893	2.996	3.158	3.374	3.329	3.094	-1,3	-1,3
Transporte, armazenagem e comunicação	3.569	3.692	3.725	3.868	3.940	4.039	4.342	3.805	7,5	7,6
Administração pública	3.739	3.871	3.990	4.176	4.242	4.420	4.471	4.073	1,2	1,2
Educação, saúde e serviços sociais	6.716	7.063	7.171	7.341	7.594	7.943	8.316	7.305	4,7	4,5
Serviços domésticos	5.943	6.110	6.155	6.415	6.605	6.716	6.682	6.324	-0,5	-0,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2.780	3.148	2.982	3.478	3.280	3.780	3.689	3.241	-2,4	-2,3
Outras Atividades	4.846	5.249	5.523	5.712	5.939	6.490	6.670	5.627	2,8	2,8
Atividades maldefinidas ou não-declaradas	212	202	198	220	189	200	199	204	-0,6	-4,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD de 2001 a 2007

Nota: 1 - Excluindo a área rural da região Norte.

* Dados Não Harmonizados

** Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos da PIA ocupadas com rendimento de trabalho

*** População ocupada contribuintes de instituto de previdência em qualquer trabalho

2. Trabalho Infantil – Pnad 2007

Apesar de a incidência de trabalho infantil estar diminuindo, essa redução está sendo lenta. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2004 havia 2,8 milhões de crianças e jovens de 5 a 15 anos trabalhando na semana de referência, sem considerar as atividades domésticas e incluindo a área rural da região norte. Esse número praticamente não se altera até 2006, ocorrendo até um pequeno aumento do trabalho infantil em 2005, quando foram registradas 2,9 milhões de crianças trabalhando. **Os dados da Pnad de 2007 mostram que ainda existem 2.500.842 de crianças e jovens de 5 a 15 anos trabalhando ou 6,6% do total nessa faixa etária (ver tabela 1)**.

Sabe-se que a proporção de meninos trabalhando é maior do que a de meninas, exceto no emprego doméstico, em que a maioria dos trabalhadores é mulher. Ademais, a porcentagem de trabalho infantil nas áreas rurais é bem mais elevada do que nas áreas urbanas do Brasil. Vale lembrar que a legislação brasileira proíbe qualquer forma de trabalho para menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Em muitos países é comum observar crianças que estudam e trabalham concomitantemente, assim como muitas não estão inseridas no mercado de trabalho nem freqüentam a escola.

Na figura 1, dados da Pnad de 2007 mostram que 89,7% das crianças de 7 a 15 anos só estudam, 7% trabalham e estudam, 0,8% só trabalham e 2,5% não trabalham nem estudam, estando nesses 2,5% incluídas as crianças que realizam atividades domésticas dentro do próprio domicílio (1,2%). É interessante observar que analisando esses dados ao longo do tempo, nota-se que a porcentagem de crianças que só estuda vem aumentando, e a proporção de crianças que estuda e trabalha vem se reduzindo, mas a porcentagem de crianças que só trabalha praticamente não se altera. Em 2007, 1.044.000 crianças de 7 a 15 anos não freqüentavam a escola, sendo que dentre elas, 253 mil trabalhavam na semana de referência da Pnad e 380 mil não trabalhavam, mas cuidavam de afazeres domésticos. Portanto, mais de 600 mil crianças estariam possivelmente impedidas de freqüentar a escola por estar desenvolvendo atividades de trabalho ou atividades domésticas.

Políticas que têm sido largamente analisadas e muitas vezes elogiadas pela eficiência em atingir o objetivo de aumentar a freqüência escolar e reduzir o trabalho infantil são as que premiam as famílias pobres que colocam os filhos na escola e não os colocam no trabalho ou

os retiram dele, como o Programa Bolsa Família. Diferentes fatores determinam a decisão dos pais ou dos próprios jovens de substituir o trabalho pela escola. Primeiro, a qualidade da escola é um importante atrativo, já que propicia um maior retorno futuro ao investimento de vários anos de estudo. Segundo, as barreiras econômicas precisam ser eliminadas, incluindo não só os custos diretos com uniformes, livros e transporte, mas também o custo de oportunidade – o valor do trabalho que a criança deixa de fazer para aumentar sua participação na escola. Principalmente em domicílios em que a renda das crianças contribui de forma significativa para a renda familiar, as transferências monetárias são essenciais para a redução do trabalho infantil. Entretanto, alguns estudos que avaliam o Bolsa Família ou programas semelhantes mostraram que o benefício recebido pelas famílias resultou em elevação significativa da freqüência escolar, mas a redução do trabalho infantil não foi tão expressiva. Há pesquisas mostrando redução do número de horas mensais de trabalho das crianças, mas os resultados não são conclusivos ou não há efeito sobre a redução do trabalho infantil.

Havendo um número fixo de horas por dia, os períodos de tempo que as crianças despendem na escola, nos estudos, no trabalho e no lazer competem entre si. Crianças que podem conciliar trabalho com estudos estão mais engajadas em atividades de tempo parcial.

De acordo com a Pnad de 2007, crianças de 7 a 15 anos trabalham em média 20,1 horas por semana quando estudam e 35,3 horas quando não freqüentam a escola. **Enquanto 55% das que não vão à escola exercem atividades por mais de 40 horas por semana, 11% das que vão à escola dedicam esta quantidade de tempo ao trabalho.**

Fica então a pergunta: porque o Bolsa Família não está retirando a criança do trabalho, apesar de estar aumentando a freqüência escolar? A maioria das crianças não recebe rendimento pelo seu trabalho: **65% das crianças trabalhadoras que estudam e 45% das que não estudam têm rendimento zero. Das crianças de 7 a 15 anos que trabalham e recebem salário, o salário mensal médio das que estudam é de R$ 151, enquanto o das que não freqüentam a escola é de R$ 226.** Observa-se que em 36% das famílias, a contribuição das crianças que têm rendimento e não freqüentam a escola varia de um terço a 100% da renda familiar, mas essa contribuição ocorre em menos de 7% das famílias que têm crianças trabalhando e freqüentando a escola. Assim, pode ser que o valor pago pelo programa não seja suficiente para retirar o jovem do trabalho. Em 2007, se a família estivesse em situação de extrema pobreza e tivesse três filhos menores de 15 anos, poderia receber do Bolsa Família no

máximo R$112 por mês, o que é bem inferior ao salário médio de uma criança trabalhando tempo integral (fora da escola).

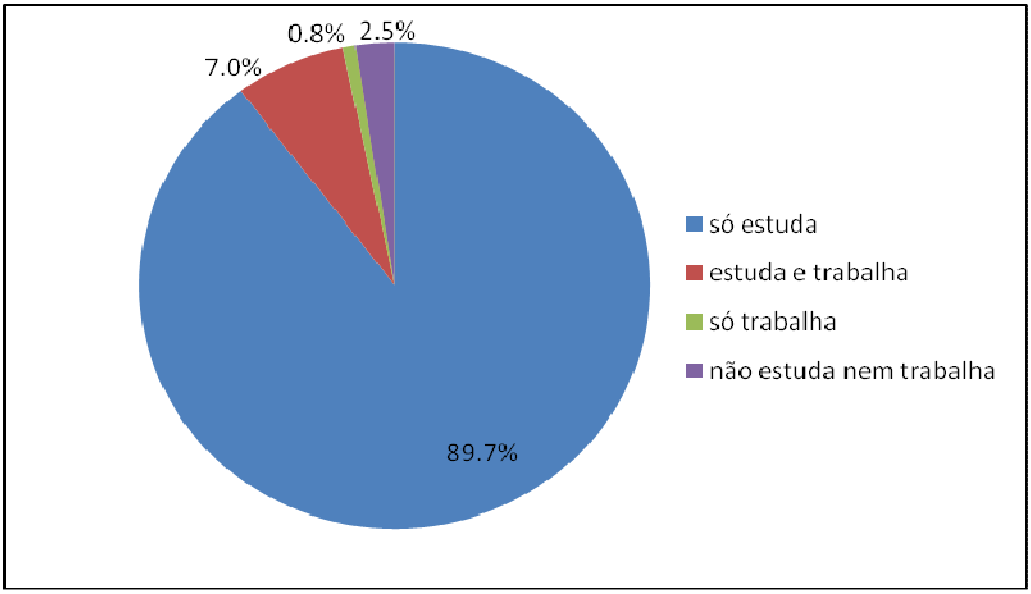
A não freqüência à escola cria um cenário desfavorável para o futuro das crianças, uma vez que continuarão analfabetas ou lhes faltarão habilidades e conhecimentos para obter melhor trabalho e, conseqüentemente, aumento de renda.

Tabela 1 - Número total de crianças de 5 a 15 anos e número de crianças trabalhando, de 2004 a 2007, incluindo as áreas rurais da região Norte.

Anos	Número de crianças trabalhando	Total de crianças de 5 a 15 anos
2004	2.778.133	37.908.684
2005	2.934.724	37.646.991
2006	2.718.089	37.881.514
2007	2.500.842	37.938.344

Fonte: Pnads.

Figura 1 – Proporção de crianças de 7 a 15 anos em diferentes categorias.



Fonte: Pnad.

3. Previdência

O Universo da Previdência Vinte Anos Depois: Evolução das Pnads 1987 – 2007

Comparar dados do universo previdenciário num prazo amplo, entre 1987 e 2007 e aferir os efeitos das transferências de renda da previdência social para a redução das desigualdades e da pobreza são elementos fundamentais para revelar o alcance e a importância das políticas previdenciárias para o universo brasileiro. O objetivo do sucinto estudo é buscar apreender algumas das variações mais essenciais dos indicadores do universo previdenciário para contribuir com o debate público e buscar alternativas sustentáveis para a promoção sustentável do desenvolvimento com bem-estar.

Para atender os objetivos, serão apresentados:

- Dados básicos referentes à cobertura de contribuintes e beneficiários;
- Dados relativos à cobertura de aposentadorias e pensões;
- Efeitos das transferências de renda da seguridade.

Ao final serão apresentados os resultados mais essenciais para fins de delineamento de uma agenda futura de pesquisas e debates.

Perfil de Contribuintes e Beneficiários: inflexões e continuidade

Ao considerar a evolução dos dados entre 1987 e 2007 é possível apreender com bastante precisão o que ocorreu na sociedade brasileira ao longo de três décadas, embora os dados se refiram a um período de vinte anos. Ao considerar o universo de contribuintes, não contribuintes e desocupados é possível revelar que os 20 anos foram marcados por uma deterioração dos indicadores no sentido em que o número de contribuintes se reduz fortemente até 1997 e em 2001 começa a haver uma recuperação discreta que se acentua consideravelmente no período mais recente. A tabela 1 apresenta dados referentes à situação de ocupação e contribuição para a previdência para os universos urbanos metropolitanos e não metropolitanos e para quem reside em áreas rurais.

Tabela 1 – Distribuição da PEA[4] segundo o domicílio e *status* de ocupação em anos selecionados - %

Domicílio	***Status***	**1987**	**1997**	**2001**	**2007**
Urbano metropolitano	*Contribuinte*	69,7	56,7	54,0	57,6
	Não Contribuinte	25,4	32,1	33,0	31,1
	Desocupado	5,0	11,2	13,0	11,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	Contingente total	18.057.433	20.669.300	24.208.110	28.375.996
Urbano não metropolitano	*Contribuinte*	57,0	47,8	47,9	53,7
	Não Contribuinte	39,0	44,0	42,1	37,8
	Desocupado	4,0	8,2	9,9	8,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	Contingente total	22.036.847	32.002.539	38.959.693	46.472.989
Rural	*Contribuinte*	18,6	19,2	19,1	26,2
	Não Contribuinte	80,2	78,3	77,8	70,4
	Desocupado	1,2	2,5	3,0	3,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	Contingente total	13.138.668	12.638.783	11.290.886	12.033.197
Brasil	*Contribuinte*	51,8	45,1	45,5	51,2
	Não Contribuinte	44,6	46,9	44,6	40,1
	Desocupado	3,6	8,0	9,9	8,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	Total da PEA	53.232.948	65.310.622	74.458.689	86.882.182

Fontes: Microdados da Pnad/IBGE (1987, 1997, 2001 e 2007)

Os dados da tabela 1 apresentam informações valiosas. As pessoas com ocupações que tinham direitos sociais respeitados representaram uma proporção menor entre 1987 e 2001 e mesmo em 2007 ainda não houve uma total recuperação da parcela dos contribuintes em relação ao total, embora os patamares fossem quase idênticos. Em 2008 deve ter havido uma reversão, a julgar pelos indicadores preliminares de outras fontes. O que mais chama a atenção

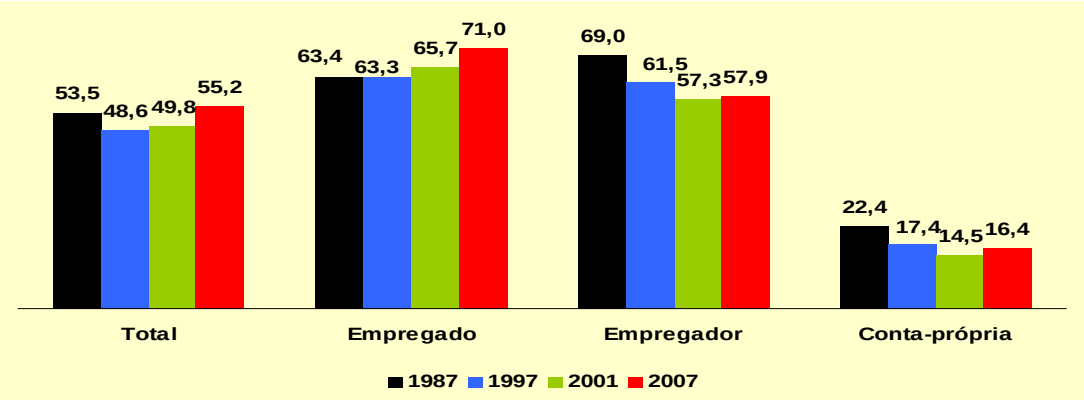
[4] As Pnad's dos anos 1980 apresentaram uma definição diferente das posteriores. Para contornar o problema, a solução foi definir a PEA – população economicamente ativa – como aquela que trabalhou quinze horas ou mais ao longo da semana, e a faixa etária estabelecida entre 16 e 64 anos de idade. O patamar de 16 anos decorre do que foi estabelecido pela EC – 20 que determina que apenas após os 16 anos é possível possuir contratos de trabalho formais e legais e o patamar de 64 anos corresponde à passagem para a terceira idade seguindo o padrão internacional.

foi o crescimento do número de desocupados, que era reduzido em 1987 e cresceu rapidamente até 1997 e 2001, mas já menor em 2007. O patamar de não contribuintes pouco oscilou até 2001, mas, houve uma redução perceptível no sentido positivo em 2007.

Ao considerar os dados sobre situação de domicílio é possível perceber que as perdas até 2001 se concentraram, sobretudo, na clientela preferencial, ou seja, a população residente em áreas urbanas metropolitanas, tendo menor impacto em áreas não metropolitanas e rurais. O corolário disso é que a recuperação que se dá nos anos mais recentes se concentra nas áreas metropolitanas e, de modo positivo, porém menos atenuado, em populações urbanas não metropolitanas. Nesse sentido, como os patamares de 1987 ainda não foram recuperados em 2007, parece existir ainda muita perspectiva para incorporar novos trabalhadores ao universo de contribuintes mesmo com o rápido crescimento da população economicamente ativa, ao contrário do que vinha ocorrendo até o início da presente década. Vale registrar, também, que grande parte da população rural declara não ser contribuinte, mas, por trabalhar em regime de economia familiar, está devidamente coberta pela previdência social. Esses dados confirmam a natureza do movimento recente da economia segundo a situação de domicílio apresentada por estudos do Ipea e do IBGE publicados em 2008.

Quando é considerado o movimento da população ocupada, excluindo, portanto, a PEA desocupada apresentada na tabela 1, em termos de contribuição e não contribuição segundo a posição na ocupação existe resultados dignos de nota, ao aferir a evolução entre 1987 e 2007, conforme atesta o gráfico 1.

Gráfico 1 – Proporção de contribuintes da previdência segundo a posição de ocupação em anos selecionados – dados em %



Fontes: Microdados da Pnad/IBGE (1987, 1997, 2001 e 2007)

Partindo do gráfico 1, antes de tudo, é preciso dizer que a população ocupada em 2007 já apresenta uma taxa de contribuição para a previdência superior à de 1987. A recuperação após 2001 atinge a todos, ou seja, empregados, empregadores e conta-própria. Mas essa recuperação é menos acentuada para os conta-própria e empregadores, ou seja, a melhoria se deve basicamente a um volume maior de contribuintes entre os assalariados que, aliás, representam o núcleo da força de trabalho, ou seja, cerca de dois terços ou mais ao longo de todo o período.

O crescimento da formalização no mercado de trabalho, observado nos últimos anos, a partir da análise das Pnads, mostra uma melhoria significativa da proteção previdenciária. Verifica-se que entre 2002 e 2007 (tabela abaixo) há uma queda de 3,1 p.p. na participação da população ocupada, entre 16 e 59 anos, que não se encontra sob proteção do sistema previdenciário. Em outros termos, a população contribuinte do RGPS cresceu, entre 2001 e 2007, 32% frente a um crescimento de 19% da população ocupada, ou seja, um aumento na cobertura. Esse desempenho vem se refletindo na melhora continua da arrecadação da previdência social, o que tem permitido a valorização dos benefícios previdenciários, sem implicar em aumento na necessidade de financiamento da previdência.

Tabela 2

Proteção Previdenciária para a população ocupada entre 16 e 59 anos Brasil (sem área rural da Região Norte) (%)

Anos	Contrib. RGPS	Contrib. RPPS	Segurados especiais	Beneficiários ñ contribuintes	Desprotegidos
1997	41,2	7,3	13,4	1,6	36,4
1998	41,2	7,2	12,6	1,8	37,3
1999	40,2	7,3	13,0	1,8	37,7
2001	42,4	7,0	10,3	1,8	38,5
2002	41,8	6,9	10,2	1,8	39,2
2003	42,7	7,1	10,2	1,7	38,3
2004	43,4	7,1	9,7	1,6	38,3
2005	44,5	6,8	9,7	1,6	37,4
2006	45,6	7,1	9,2	1,6	36,6
2007	47,0	7,3	8,9	1,5	35,4

Fonte: microdados das Pnads

Nota: Segurados Especiais são moradores da zona rural dedicados a atividades agrícolas, nas seguintes posições na ocupação: sem carteira, conta própria, produção para próprio consumo, construção para próprio uso e não remunerados, respeitada a idade entre 16 e 59 anos. Beneficiários não contribuintes são os trabalhadores ocupados (excluídos os segurados especiais) que, apesar de não contribuintes, recebem benefício previdenciário.

Por fim, vale avaliar o comportamento dos dados de cobertura da população idosa, ou seja, qual a participação dos beneficiários de aposentadorias e pensões, com 60 anos ou mais, sobre a população idosa total. Acreditamos, também, que seja interessante fazer essa avaliação no âmbito dos domicílios, pois existem idosos cônjuges e famílias que não recebem outros benefícios, mas se encontram protegidos, pois são dependentes de quem os percebe ou virão a ser na eventualidade da morte do beneficiário.

A cobertura previdenciária da população idosa é muito expressiva, comparável ao nível de cobertura dos países da OCDE, sendo exceção no universo das economias em desenvolvimento. Hoje, temos mais de 80% dos idosos amparados pela previdência social e se avaliado em termos de domicílios cobertos, essa participação atinge a quase 90% que tem pessoa com 60 anos ou mais. Há que se alertar para o fato dos Benefícios de Prestação Continuada ter sido apurado na categoria "outros rendimentos", notadamente nas Pnads 2004, 2006 e 2007. Isso porque nesses anos foram realizados suplementos específicos sobre os programas de transferência de renda, quando a orientação aos entrevistadores de reportar esses benefícios nessa rubrica é mais efetiva. Possivelmente nos outros anos parcela desses Benefícios são contabilizados como aposentadorias e pensões. Cremos, portanto, que os dados de cobertura desses dois anos encontram-se subestimados, faltando, assim, contabilizá-los, em toda a séria. Logo, a cobertura da população idosa com benefícios previdenciários e assistenciais deve estar muito próxima da universalidade.

Tabela 3

Idosos e Domicílios com Idosos de 60 anos ou mais que recebem aposentadoria ou pensão ou que continuam contribuindo para algum regime Brasil, 2001 a 2006 (%)

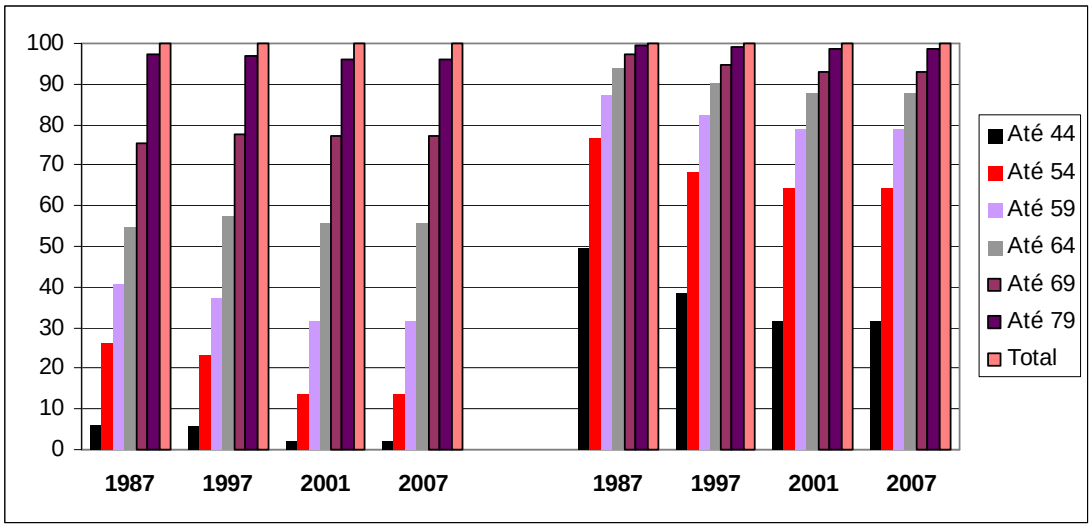
Anos	**Cobertura previdenciária dos idosos (igual e mais que 60 anos)**	
	Sem norte rural	*com norte rural*
	Pessoas	
1997	78,4	
1998	80,3	
1999	80,9	
2001	81,3	
2002	81,5	
2003	82,0	
2004	81,2	81,2
2005	82,1	82,1
2006	80,8	80,7
2007	80,7	80,6
	Domicílios	
1997	86,2	
1998	89,5	
1999	90,0	
2001	88,7	
2002	88,5	
2003	89,2	
2004	88,5	88,4
2005	89,1	89,0
2006	87,4	87,2
2007	87,7	87,5

Fonte: microdados das Pnads

Se, pelo lado do perfil de domicílio e ocupação dos contribuintes houve mudanças perceptíveis entre 1987 e 2007 com um início de recuperação para 2001, pelo lado do perfil de aposentados e

pensionistas existe continuidade em termos do perfil demográfico de aposentados e pensionistas apresentado pelo gráfico 2.

Gráfico 2 – Freqüência acumulada de aposentados e pensionistas segundo anos de idade- %



Fontes: Microdados da Pnad/IBGE (1987, 1997, 2001 e 2007)

Os dados do gráfico 2 são significativos ao apontar que:

- Cerca de 55% dos aposentados possui menos de 65 anos de idade cerca de 35% possui menos 60 anos de idade; e
- Cerca de 90% dos pensionistas possui menos de 65 anos de idade cerca de 80% possui menos 60 anos de idade;

Embora tenha havido oscilação ao longo dos anos, sobretudo para quem possui menos de 45 anos de idade, a relativa estabilidade observada entre 1987 e 2007 revela que o perfil de beneficiários da previdência não é necessariamente o de pessoas idosas, segundo a definição internacional, aos 65 anos de idade, ou segundo o Estatuto do Idoso brasileiro, aos 60 anos de idade. A relativa estabilidade de dados demonstra que o problema deve ser tratado não apenas sob o prisma do envelhecimento, mas também diz respeito às condições de saúde, que afetam aposentados por invalidez e de legislação, ao considerar que 60% dos pensionistas possuem menos de 54 anos de idade (sendo que, aproximadamente 30% desse total possuem menos de 44 anos de idade)

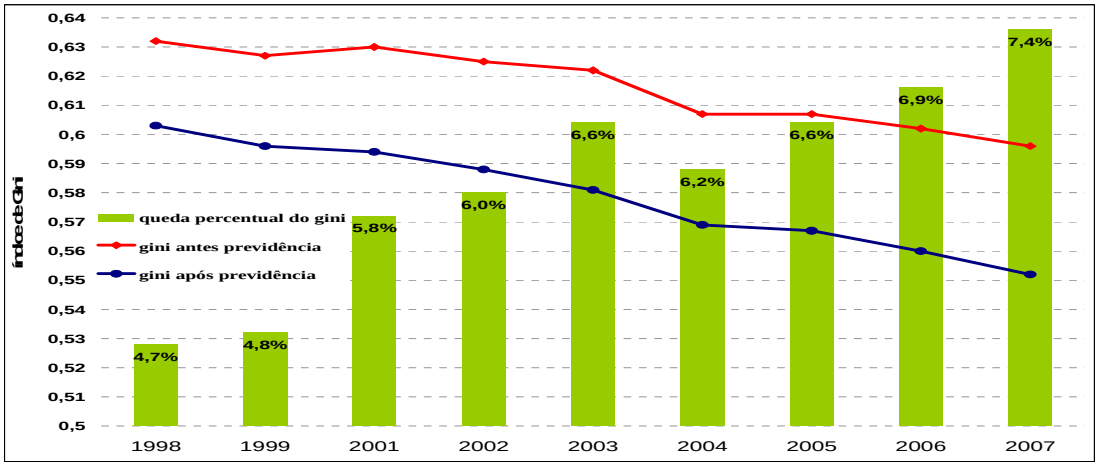
Assim, considerando dados para indivíduos da Pnad para trabalhadores e aposentados é possível dizer que houve uma deterioração, em geral, do perfil dos contribuintes até 2001 e, desde então, é possível perceber que houve recuperação. Em termos do universo de beneficiários, embora exista efetivamente envelhecimento e efeito das reformas da previdência sobre a idade de acesso aos benefícios, o perfil etário apresentou relativa homogeneidade e não deixa entrever que questões relativas a esse universo estejam exclusivamente ligadas a problemas de envelhecimento, sendo necessário pensar num contexto mais amplo, sobretudo referente a questões sanitárias, para tratar da questão.

Impactos das transferências de renda da previdência social

Por ser o maior orçamento individual dentre as políticas públicas do Estado brasileiro e por atingir um grande contingente de famílias e domicílios, a previdência social, como em qualquer sociedade moderna dotada de sistemas nacionais de proteção social, produz profundos impactos em termos de distribuição de renda.

Um dos impactos mais relevantes diz respeito às desigualdades. A distribuição de renda do Brasil, medida através do clássico índice de Gini, se reduz após as transferências de renda da previdência social, conforme aponta o gráfico 3.

Gráfico 3 – Índice de Gini e redução porcentual da desigualdade antes e depois do pagamento de aposentadorias e pensões. Dados para anos selecionados



Fontes: Microdados da Pnad/IBGE

Tabela 4

Impactos distributivos e participação na renda total da previdência social (aposentadorias e pensões oficiais) Brasil (menos áreas rurais da região norte), 1997 a 2007

	Índice de gini				
	Renda domiciliar *per capita*		Impacto		% das aposentadorias e pensões na renda
Anos	**antes das aposentadorias e pensões**	**depois das aposentadorias e pensões**	**absoluto**	**relativo**	
1997	0.646	0.603	-0.043	-6.7%	13.8%
1998	0.632	0.603	-0.029	-4.7%	14.6%
1999	0.627	0.596	-0.030	-4.8%	15.8%
2001	0.630	0.594	-0.037	-5.8%	17.1%
2002	0.625	0.588	-0.037	-6.0%	17.3%
2003	0.622	0.581	-0.041	-6.6%	18.6%
2004	0.607	0.569	-0.038	-6.2%	18.2%
2005	0.607	0.567	-0.040	-6.6%	18.2%
2006	0.602	0.560	-0.042	-6.9%	18.1%
2007	0.596	0.552	-0.044	-7.4%	17.9%

Fonte: Microdados das Pnads

Nota: Não são considerados agregado, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos, bem como os domicílios em que algum membro cuja renda é ignorada.

As reduções da desigualdade apontadas no gráfico 3 são muito importantes e seu impacto tem apresentado uma tendência crescente ao longo do tempo. Isso significa que medidas de políticas públicas apresentam impactos positivos, tais como:

- recuperação do valor do salário mínimo, que é o piso estabelecido no país e remunera 1 em cada três benefícios pagos pelo INSS
- melhoria no atendimento com ampliação do grau de cobertura
- efetivação do Estatuto do Idoso que passou a vigir desde 2003; e
- combate a irregularidades que desviam recursos e não atendem os mais necessitados.

Isso induz a dizer que novas medidas como a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência e a eliminação de iniqüidades na legislação beneficiária, que multiplica as fontes de renda de alguns indivíduos via pagamento de benefícios e acumulação com salários pode melhorar o quadro atual.

A criação de programas de previdência social tem como meta reduzir a pobreza, sobretudo entre idosos. Nesse sentido, os dados apresentados pela tabela 5, que apresentam a redução em porcentuais e de contingente o número de indigentes e pobres revela que, no caso brasileiro, a previdência está sendo bem sucedida.

Tabela 5

Percentual de pessoas em situação de indigência com e sem benefícios da previdência social – Brasil, 1997 a 2007

Anos	Participação de indigentes		Queda na população de indigentes	
	sem previdência	com previdência	em pontos percentuais	em números absolutos
1997	-	-	-	-
1998	-	-	-	-
1999	-	-	-	-
2001	20,4%	30,0%	9,7	16.117.070
2002	19,3%	29,4%	10,0	17.044.367
2003	30,4%	19,6%	10,8	18.571.494
2004	27,7%	17,6%	10,1	17.903.425
2005	25,6%	15,8%	9,9	17.851.455
2006	22,8%	13,2%	9,6	17.559.488
2007	21,4%	11,8%	9,6	17.672.085

Fonte: Microdados da Pnad

Elaboração: Ipea.

Nota: Considerou-se indigente a pessoa que vivia com menos de ¼ de salário mínimo domiciliar per capita. Foi considerado o salário mínimo de 2007; para os outros anos, este foi corrigido pelo INPC.

Tabela 6

Percentual de pessoas em situação de pobreza com e sem benefícios da previdência social – Brasil, 1997 a 2007

Anos	Participação de pobres		Queda na população de pobres	
	sem previdência	Com previdência	em pontos percentuais	em números absolutos
1997	-	-	-	-
1998	-	-	-	-
1999	-	-	-	-
2001	42,1%	51,2%	9,1	15.248.157
2002	41,7%	51,2%	9,5	16.100.440
2003	53,0%	42,6%	10,4	17.831.867
2004	51,2%	41,0%	10,2	18.177.122
2005	49,1%	38,3%	10,8	19.500.451
2006	45,0%	34,0%	11,0	20.192.252
2007	41,9%	30,8%	11,2	20.636.909

Fonte: Microdados da Pnad

Elaboração: Ipea.

Nota: Considerou-se pobre a pessoas que vivia com menos de 1/2 salário mínimo domiciliar per capita. Foi considerado o salário mínimo de 2007; para os outros anos, este foi corrigido pelo INPC.

Partindo dos dados das tabelas 5 e 6, a redução proporcional de pobres e indigentes também tem apresentado uma tendência crescente ao longo dos anos, conforme ocorreu para a desigualdade. Nesse sentido, são os mesmos elementos que explicaram os impactos sobre a desigualdade que tiveram resultados positivos que explicam a redução da pobreza.

Previdência em perspectiva

Os dados relativos à situação de contribuição, aposentados e pensionistas da Pnad 2007 revelam que o movimento de recuperação da economia brasileira tem apresentado resultados positivos em termos do perfil contributivo e dos impactos financeiros das transferências de renda via previdência social.

Os impactos econômicos afetaram de forma positiva os mercados de trabalho que, por sua vez, apresentaram impactos positivos para a previdência. Essa ordem de fenômenos, porém, não significa que não existam problemas a enfrentar. O perfil etário de aposentados e pensionistas é menos maduro do que seria desejável, deixando entreve que existem problemas relativos a saúde, condições de trabalho e condições de vida, sobretudo em aglomerações urbanas de maior porte que geram problemas como doenças e morte prematura o que, naturalmente, pressiona os gastos previdenciários. Alguns dispositivos jurídicos também poderiam ser atualizados para gerar mais eficiência e equidade.

Os resultados aqui apresentados representam uma reação inicial à divulgação de dados da Pnad 2007 do IBGE e podem ser revistos em caso de eventuais correções efetuadas por parte do IBGE. Além disso, existe a firme disposição do Ipea em aprofundar estudos e aprimorar as análises num futuro próximo, apresentando um maior nível de detalhe.